



Millennium
bcp

A vida inspira-nos

21 • Trimestral • Jul • 2008

RUA LARGA

Revista da
Reitoria
da Universidade
de Coimbra

Número 21
Trimestral
Julho
2008

www.uc.pt/rualarga
rualarga@ci.uc.pt



RUA LARGA



A
56
35

Editorial • *A Boa decisão* • Fernando Seabra Santos

REITORIA EM MOVIMENTO

Comunicar e Interagir com vários públicos através das tecnologias de informação • Pedro Saraiva
A aposta no desenvolvimento regional • Fernando Guerra

OFICINA DOS SABERES

ACTUAL

2008 — *Ano Internacional do Planeta Terra* • Helena Henriques

IMPRESSÕES

Religião, Nação e Estado nos 60 anos de Israel • João Paulo Avelãs
Festival de Blues • Teresa Santos
Pioneiros do Jornalismo sem censura • Lennon França
Saúde e Lazer • Nuno Gustavo
Jovens Cientistas Sociais • Marta Araújo, José Manuel Mendes e Marisa Matias

BREVES

Outros Combates pela História • Manuela Tavares Ribeiro
Centenário de Manuel de Oliveira • Fausto Cruchinho
Museu da Ciência recebe prémio de prestígio • João Mesquita

RIBALTA

Secção de Fotografia da AAC • Cláudia Gameiro
Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior • José de Faria Costa
O papel, ontem e hoje • Maria José Azevedo Santos
CEIS20 comemora este ano 10 anos • Isabel Luciano
CES investe na América Latina • Tatiana Moura

AO LARGO

CRÓNICA

Brasileiros na Universidade de Coimbra • Manuel Ferro

ENTREVISTA

Luís Reis Torgal, nos 10 anos do CEIS20 • João Mesquita

LUGAR DOS LIVROS

ESPAÇO DAS ESCOLAS

Observatório Astronómico • Carlos Martins

TEMAS

O outro lado da Queima

PROPRIEDADE Universidade de Coimbra
DIRECTOR Fernando Seabra Santos
DIRECTOR-ADJUNTO José António Bandeirinha
EDITOR João Mesquita
DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM António Barros
FOTOGRAFIA João Armando Ribeiro
INFOGRAFIA Maria João Freitas e Sérgio Brito
[GCI - Gabinete de Comunicação e Identidade]
PRODUÇÃO Isabel Terra, Lígia Ferreira e Luísa Lopes
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA Ilídio Barbosa Pereira
EDIÇÃO GCI - Gabinete de Comunicação e Identidade
Colégio S. Jerónimo, 2.º Piso, Apartado 3020 • 3001-401 Coimbra
IMPRESSÃO Litografia Coimbra, S.A.
TIRAGEM 3.500 ex.
ISSN 1645-765x • Anotado no ICS
CAPA
www.uc.pt/rualarga
Tel. 239 859 823
PONTOS DE VENDA
Quarteto, XM, Livraria/Loja UC e Artefólio/ Livraria de Bolso • TAGV

Contributo(s) para a formação de uma identidade

Manuel Ferro*

Foi a Universidade de Coimbra a única existente em Portugal até à implantação da República. Dela saía a maioria dos quadros que geria a nação, bem como todo o vasto império espalhado pelo mundo. Embora independente desde 1822, o Brasil não constituía excepção. Aí, desde os primórdios que a educação tinha sido entregue aos cuidados da Companhia de Jesus, fundadora de colégios nas principais cidades da então colónia, de acordo com os pressupostos definidos pelo Concílio de Trento. Tal hegemonia acabaria por ruir com a política cultural do Marquês de Pombal, que procurava difundir em Portugal os modelos iluministas que se espalhavam por toda a Europa e que culminaram na expulsão da Ordem do território nacional.

Então, efectuou-se uma nova reforma no ensino, cujos efeitos se fizeram sentir desde as primeiras letras na Universidade. Por conseguinte, desde o século XVI que estudantes brasileiros de nascimento afluíam ao Reino e, muito particularmente, a Coimbra. Aqui obtinham os seus graus e regressavam, ingressando nos quadros da administração local. Segundo a longa lista elaborada por Francisco Morais, com base nos livros de matrículas e de Actos e Graus do Arquivo da Universidade, o primeiro destes estudantes foi Manuel de Paiva Cabral, que se forma em Leis a 3 de Junho de 1586. Muito embora numerosos nomes apontados tenham caído no esquecimento, outros tantos, possivelmente, nem foram apontados por falta de indicações precisas.

No período que medeia entre 1577 e 1910, o número de estudantes que consta desse elenco e que atravessou o Atlântico eleva-se a 3012. Viriam cheios de ilusões,

de curiosidade também, “arrancados aos dolentes embalos das mucamas, para o desconhecido de uma vida onde os generosos impulsos da mocidade não eram suficientes para apagar a agridoce saudade daquelas terras em cujas palmeiras o sabiá continuava a cantar”, como diria Gonçalves Dias nas páginas do “Trovador”, jornalzinho publicado em Coimbra, em 1844, segundo as palavras de Aníbal Pinto de Castro.

Ei-los que partem...

Alguns, menos felizes, fariam a viagem sem retorno, acabando por morrer no Continente, como aconteceu com João da Mota Leite, degolado por ter morto um eclesiástico, em Lisboa, em 1715. Outros, mais afortunados, granjeariam os favores da fama, quer pelas funções exercidas, quer pelas respectivas potencialidades literárias. Uns, ficariam por cá em múltiplas ocupações e fariam carreiras brilhantes. Alexandre da Silva Correia foi lente de Leis e de Instituta, por provisão de 11 de Novembro de 1693, e, depois, de Código, desempenhando ainda o cargo de conselheiro ultramarino. Bartolomeu de Gusmão, inventor da passarola, foi lente de Matemática, e o irmão, Alexandre de Gusmão, conselheiro do Rei, foi sócio da Academia Real da História, além de diplomata. Francisco de Lemos de Faria Pereira, doutor em Cânones, chegou a reitor e a reformador-reitor, tendo sido colaborador e executor da reforma pombalina, em cuja tarefa foi ajudado pelo irmão, João Pereira Ramos, também doutor em Cânones. Domingos de Caldas Barbosa, poeta satírico, formado em Leis e Cânones, foi membro da Arcádia Romana e chegou a presidente da

Academia das Belas Artes de Lisboa. Entre os que regressaram, destaque para o poeta baiano Gregório de Matos Guerra, o “Boca do Inferno”, formado em 1661, que, além de se dedicar à advocacia, cultivou a poesia satírica. Manuel Botelho de Oliveira foi advogado de grande fama. Sebastião do Vale Pontes, depois de exercer a advocacia, professou e chegou a provisor e vigário-geral, desembargador da Relação Eclesiástica, deão da Sé, sócio da Academia dos Esquecidos e distinto orador sagrado – percurso de vida que segue em paralelo com o de João Calmont. Pedro Taques de Almeida, licenciado em 1726, foi governador e alcaide-mor de S. Vicente e S. Paulo. João Mendes da Silva, pai de António José da Silva, o “Judeu”, foi advogado da Casa da Suplicação e, igualmente, poeta. O filho, formado em Cânones, foi o malogrado poeta e dramaturgo, autor de obras que encantaram os espectadores da época, como *Vida do Grande D. Quixote de La Mancha e do Gordo Sancho Pança*, *Os Encantos de Medeia*, ou *Guerras do Alecrim e da Manjerona*, acabando supliciado em Lisboa, condenado pelo Tribunal da Inquisição.

A estes nomes se juntam muitos dos novos quadros do império brasileiro recém-proclamado, que igualmente passaram pelos bancos da Universidade de Coimbra e aqui receberam a sua formação. Refiram-se, a título de exemplo, José Saturnino da Costa Pereira, José Joaquim Fernandes da Silva Torres, Pedro da Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda), Joaquim José Rodrigues Torres (que se tornaria Visconde de Itaboraí), José da Costa Carvalho Júnior, Caetano Maria Lopes Gama, entre outros.

No entanto, a geração de estudantes brasileiros que porventura mais se notabilizaria pela ponte estabelecida entre as duas margens do Oceano, seria a que se viu envolvida na *Inconfidência Mineira*. Figuras notáveis a todos os títulos, não só acalentavam o sonho da independência política, como contribuíram, através da poesia, para a formação da identidade cultural do Brasil. Cláudio Manuel da Costa, formado em Cânones em 1553, além de sócio da Academia Brasílica dos Esquecidos, foi membro da Arcádia Romana.

Fundou a Arcádia Ultramarina, uma colónia da Arcádia Romana no Brasil. Suicidou-se na prisão, por envolvimento na referida conjura da *Inconfidência Mineira*. Inácio José Alvarenga Peixoto, matriculado em Leis, onde se formou em 1760, morreu no exílio angolano. Manuel Inácio da Silva Alvarenga, fundador de uma sociedade literária no Rio que congregou os nomes mais brilhantes do seu tempo, foi igualmente um notável poeta. Tomás António Gonzaga, depois de concluir o curso de Direito, foi nomeado Ouvidor de Vila Rica. Implicado no processo dos *Inconfidentes*, seria deportado para Moçambique. Tornou-se conhecido, sobretudo, pelas poesias, de índole arcádica, reunidas no volume intitulado *Marília de Dirceu* (1792). Mais ou menos da mesma geração, outro estudante de Coimbra, não envolvido na conjura, José de Santa Rita Durão, depois de uma vida aventurosa, compôs o *Caramuru*, um poema épico sobre a fundação da Baía, e chegou a privar, em Roma, com o Papa Clemente XIV.

Em busca de alternativas

Vivia-se um momento em que se buscavam alternativas e se ensaiavam novas formas. O gosto literário transformava-se e os paradigmas literários substituíam-se a ritmo acelerado e de modo radical. Estes jovens procuravam, então, adaptar as formas poéticas às ideias e valores dos novos tempos, a uma visão sublime da natureza, agora também apreciada com diferente olhar, abrindo alas para uma sensibilidade de matriz romântica, se bem que ainda se mantivessem fiéis a modelos neoclássicos e recorressem, até, a estratégias barrocas. Esteticamente divididos entre a terra onde beberam o conhecimento e aquela onde receberam a sua formação – Coimbra e a pátria de nascimento –, as suas poesias são como que a confissão do amor pelo espaço de origem, pelo ambiente de proveniência. Alguns, como Cláudio Manuel da Costa, conferem aos cenários nativos uma dignidade artística e literária, projectando-os sobre um fundo mítico, como refere Sérgio Buarque de Holanda.

A expressão da identidade nacional ganhava contornos cada vez mais nítidos, mediante a exaltação das paisagens nativas. Quando o espaço brasileiro começa a ser objecto do discurso literário, naturalmente que os aspectos mais valorizados são o exotismo da fauna e da flora, o tropicalismo e o nativismo, pela peculiaridade, pujança e fertilidade da natureza; pelo clima quente e agradável; pela embriaguez dos sentidos e pelo deslumbramento perante um ambiente fascinante; pelo confronto com o índio e pela curiosidade despertada pela especificidade da sua cultura.

Por outro lado, distanciando-se da realidade imediata, em fuga para um mundo de pura ficção bucólica, transfiguravam o real histórico e moldavam-no na linguagem estética do tempo, sem que perdessem de todo as amarras aos factos e à verdade¹. Com o mesmo objectivo, estabelecem uma estreita rede de intertextualidades com outras composições do seu tempo ou de períodos passados, como atesta a *Fábula do Ribeirão do Carmo*, de Cláudio Manuel da Costa², recriando poeticamente, ao gosto da Arcádia, um espaço fabuloso que serve de cenário aos enredos amorosos trágicos de ninfas e pastores.

Fascínio por Coimbra

No discurso neoclássico de matriz arcádica por eles utilizado, rastreia-se a ideologia revolucionária do Iluminismo, numa perspectiva libertária³. Detectam-se com facilidade os tópicos do ideário enciclopedista,

que alimenta ideologicamente alguns poemas e os torna uma espécie de panfleto político⁴. Noutros momentos, não faltam alusões às teorias de Rousseau, e tudo imbuído de uma embriaguez de sentimentos e sensações, através da qual o homem e a natureza se identificam, muito particularmente quando o momento a isso convida. Em casos específicos, desenvolvem em paralelo uma densa rede de comentários históricos aos poemas, como no *Uruguai*, de Basílio da Gama (que, muito embora seja deste período, não frequentou a Universidade de Coimbra), ou em *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, cujo poema se faz acompanhar de um extenso ensaio introdutório sobre a matéria épica⁵. O historicismo aí imanente prepara o caminho para o gosto romântico pelo romance histórico, em paralelo com a difusão de uma nova sensibilidade e uma nova atitude perante o tratamento do amor, que transpira da lírica da generalidade dos poetas aqui evocados.

Assim, podemos defender com algum fundamento que a Universidade de Coimbra contribuiu, mediante a formação dada a esta geração, para a formação e consolidação da identidade nacional do “país irmão”, que uns anos depois havia de nascer. Por todos estes motivos, compreende-se, pois, o fascínio que a Universidade de Coimbra, enquanto alma mater, continua a exercer, ainda hoje, nas gerações mais jovens dos brasileiros, que aqui afluem para continuar a sua formação intelectual.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

NOTAS:

1. Cf. Edward Lopes, *op. cit.*, pp. 53.
2. Veja-se, a título ilustrativo, de Cláudio Manuel da Costa, a *Fábula do Ribeirão do Carmo*, in: Domício Proença Filho (Org.), *op. cit.*, pp. 120-127. Sobre a matéria comum aos dois poemas, refira-se Maria Aparecida Ribeiro, *Literatura Brasileira*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 55. Para uma análise expositiva do poema, veja-se Sérgio Buarque de Holanda, “A Arcádia heróica”, in: *Capítulos de Literatura Colonial*, loc. cit., pp. 154-174.
3. Cf. Edward Lopes, *Metamorfoses — a poesia de Cláudio Manuel da Costa*, São Paulo, UNESP, 1997, pp. 44-45.
4. Cf. Fábio Lucas, *op. cit.*, pp. 87-88.
5. O vínculo entre o “Fundamento histórico” e a epopeia, em *Vila Rica*, é tal que João Ribeiro (“Cláudio Manuel da Costa”, p. 21, in: Domício Proença Filho (Org.), *op. cit.*, pp. 5-26) considera que a eventual falta de qualidade do poema resultaria da dependência deste perante aquele.

Luís Reis Torgal nos dez anos do CEIS20

“Eu não quero este sistema!”

João Mesquita

A 24 de Agosto de 2007, Luís Manuel Soares dos Reis Torgal, filho de pai médico e de mãe doméstica, pôs termo a uma carreira de 37 anos como professor universitário. Nascido na rua Corpo de Deus, em Coimbra, a 14 de Janeiro de 1942, só se tornou bom aluno a partir do sexto ano do liceu. Licenciou-se em História em 1966, doutorou-se em 78 e tornou-se catedrático em 87. Onze anos depois, estava a formar o CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX).

Hoje, acha que se não fosse a criação do Centro, instalado numa vivenda próxima do Penedo da Saudade, a desilusão com que abandonou o professorado teria sido ainda maior. Está desgostoso com muita coisa: com o não ter conseguido criar uma “escola” de investigação sobre o Estado Novo; com o rumo tomado pela Universidade portuguesa, que o “processo de Bolonha”, a seu ver, só vem agravar; com o peso dos meios de comunicação na sociedade; com a política do Governo e do PS, partido onde militou até meados dos anos de 1980; com a Câmara de Coimbra e com o modo como os Executivos tratam a sua cidade de sempre. Casado por duas vezes (enviou da primeira mulher) e pai de dois filhos, garante, em todo o caso, que não se tornou um “velho do Restelo”. Nem sequer ficou amargurado pela derrota na eleição para reitor, a que concorreu em 98. E está muito longe de ter perdido os seus prazeres: o cinema, o teatro, os livros, as viagens, a boa mesa, os jogos da Académica...

De resto, continua a frequentar o CEIS 20 e a participar em todos os debates públicos que pode. No fundo, cimentou a ideia de que o “diagnóstico” feito por Karl Marx “é notável”. E percebeu melhor que não quer “este sistema”.

A instituição onde estamos, o CEIS20, completa dez anos de vida. Como seu fundador e primeiro coordenador, que significado atribui ao facto?

Esta casa é um espelho do que se fez nestes dez anos. Desde o cartaz da entrada, sobre um colóquio acerca de Humberto Delgado — que foi a primeira coisa que o Centro fez, em 98 —, até ao que já é futuro. Passando pelas publicações próprias (Cadernos CEIS20 e Estudos do Século XX), o site, as actas, as publicações conjuntas com outras instituições...

Como surgiu a ideia da criação do Centro?

Partiu, sobretudo, de dois orientandos meus em trabalho de doutoramento: Armando Malheiro da Silva (na altura, estava na Universidade do Minho, hoje está no Porto) e Eloísa Paulo (uma luso-brasileira que actualmente é uma doutorada-desempregada. Há muita gente nesta situação, ao contrário do que diz o senhor engenheiro Sócrates...). Pelo meu lado — o que ajudará a explicar que tenha sido o primeiro coordenador — conhecia o funcionamento de todos os centros de investigação. E havia um certo dinamismo do Ministério da tutela, que abriu um concurso para a criação do Centro. Oficialmente, esta é de 98, mas as reuniões começaram em 96, repartindo-se por vários locais: Casa